

Jan 008

Relatório de Controle Interno Anual

Exercício 2017

Senhor Presidente, vimos apresentar o Relatório Anual de Controle Interno, conforme verificações estabelecidas pela Resolução C.A./BERTPREV 03/15

PPA / LDO e LOA

O Plano Plurianual apresenta, por programa de governo, as despesas de capital e programas de duração continuada para quatro anos. O PPA para o exercício de 2018-2021, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO orçamento para 2018 foram discutidas e aprovadas em ata da reunião de 16/03/2017 e a Lei Orçamentária Anual – LOA, em ata da reunião de 17/08/2017, que estão disponíveis no site do Instituto. Nenhum projeto foi incluído sem que os antigos contassem com verba orçamentária, o orçamento foi detalhado até o elemento de despesa, o orçamento não possui autorização genérica para transposições, remanejamentos ou transferências. Foi prevista reserva de contingência para suprir passivos ocasionais.

Gestão da Receita

Não há alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; não houve falta de contabilização de receita; houve retenção do ISS e IR sobre o pagamento de serviços.

Despesas Gerais

O Instituto não realizou despesas impróprias; os processos de adiantamento de verbas atendem à Lei Municipal 1.176 de setembro de 2015; Na prestação de contas de adiantamentos, o nome da empresa coincide com o CNPJ; as Notas de Empenho estão detalhadas até o nível do elemento de despesa; o responsável pela liquidação está identificado na nota de liquidação



fev 06/9

encaminhada à contabilidade para pagamento, as notas fiscais identificam o prestador do serviço ou vendedor do produto, as ordens de pagamento são assinadas pelo ordenador da despesa.

Encargos Sociais

O Instituto possui Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, válido; os valores recolhidos ao PASEP são compatíveis com a receita.

Execução Orçamentária

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não emitiu alerta quanto a déficit anual ou aumento da dívida líquida de curto prazo. Houve remanejamento orçamentário para quitação de parcelamento junto à Receita Federal relativo ao PASEP (exercícios anteriores), quitação essa não prevista no orçamento. Ademais, não houve outras ocorrências orçamentárias.

Licitações e Contratos

No exercício de 2017, houve apenas uma licitação por modalidade Pregão Presencial, conforme verificado no Proc. Adm. nº. 26/2017 (Vol. 01 e 02) e apontado no relatório C.I. nº. 03/2017; os contratos celebrados e/ou renovados no exercício de 2017 seguiram os trâmites legais previstos e foram verificados, conforme relatórios mensais dessa Equipe de Controle Interno e não houve excesso de aditamento contratual em 2017.

Pessoal

No exercício de 2017 não houve alteração no quadro de pessoal. O Instituto encaminhou, por meio do sistema SisCAA, a movimentação de pessoal bem como os atos concessórios de aposentadorias e pensões. No decorrer do ano os servidores do Instituto participaram de vários cursos e congressos, tais como: Certificação Anbima CPA10, Curso Capacitação

12/070

Controle Interno – MC Capacitação e Consultoria, Encontro Previdenciário Pec287 – ABCPrev Gestão e Formação Previdenciária, XI Encontro Jurídico e Previdenciário – APEPREM, objetivando sempre a atualização e capacitação do seu quadro administrativo. O único cargo comissionado do Instituto é o da Presidência, que não recebe horas extras.

Tesouraria

As conciliações bancárias ocorrem mensalmente e os pagamentos são feitos após o prévio empenho e com assinatura do ordenador da despesa e tem sua ordem cronológica obedecida.

Previdência

Há convênio com o Ministério da Previdência Social para fins de compensação financeira; Cadastro do Comprev está em ordem, houve homologações das aposentadorias e pensões, referente ao exercício de 2016. No decorrer do exercício de 2017 ocorreu uma ação judicial contra o INSS que resultou favorável ao Instituto quanto a demanda de processos aprovados pelo RGPS gerando o aumento do repasse de valores de compensação financeira no último trimestre de 2017.



Almoxarifado e Bens Patrimoniais

Foi realizado o inventário anual do almoxarifado, assim como o inventário anual de bens móveis; para cada bem de caráter permanente há servidor designado para guarda e administração; o seguro do automóvel está vigente, da mesma forma o seguro do imóvel locado para sede do Instituto.

19071

Transparência

O Instituto divulga, em sua página eletrônica, informações alusivas a procedimentos licitatórios e ações governamentais.

Balancos Contábeis

O Balanço Patrimonial foi apresentado e aprovado pelos Conselhos do Instituto, Administrativo e Fiscal, em reunião extraordinária conforme ata do dia 09.03.2018, assim como suas notas explicativas e relatório da gestão administrativa do Instituto durante o ano de 2017, as demonstrações contábeis foram enviadas aos órgãos de controle externo, Tribunal de Contas do Estado (Audesp) e Secretaria da Previdência Social.

Exames Gerais

No exercício de 2017 destacamos alguns fatos relevantes citados abaixo:

No primeiro quadrimestre: conforme sugerido por esta comissão em atendimento à Resolução 3922 e art.3º, V da Portaria MPS 519/11, o relatório de investimentos passou a ser apresentado aos conselhos e por iniciativa do gestor, apresentado mensalmente e não trimestralmente como recomenda a resolução; foi iniciado o recadastramento dos ativos admitidos até o exercício de 2015, concluído com êxito no decorrer do exercício.

No segundo quadrimestre: esta comissão de controle interno, tomou conhecimento de pagamentos por parte da PMB de precatórios de segurados deste Instituto, sendo sugeridas providências para esclarecimentos quanto aos respectivos repasses de contribuições previdenciárias (patronal e servidor). Com relação aos precatórios pagos aos servidores a contribuição patronal foi regularizada e a contribuição do servidor foi parcialmente regularizada, tendo em vista negociação em andamento com cada segurado.

Em relação aos investimentos, o setor financeiro detectou através de extrato bancário, um lapso temporal entre crédito e aplicação, tomando conhecimento no checklist mensal, recomendou esta comissão, a adoção de procedimentos de dupla conferência, na tentativa de evitar a repetição desse fato.

No terceiro quadrimestre: ocorreu a apuração de responsabilidade com relação aos extintores de incêndio do Instituto, que apesar de constar dentro da validade quanto ao uso, ao serem testados pelo Corpo de Bombeiros foi verificado que todos estavam impossibilitados de utilização, assunto tratado no Processo 202/2017, cujo resultado culminou na responsabilização da empresa fornecedora Costa Equip.de Segurança e Serviços Navais Ltda.

Outro fato relevante foi o acordo do Déficit atuarial da PMB, referente ao ano de 2015 vencido em 31/12/2016, acordo aprovado pelo SPS, assunto este relatado em diversos relatórios mensais desta comissão. Este acordo foi firmado em 60 parcelas, e o pagamento da primeira parcela ocorreu em setembro de 2017. O déficit atuarial de 2016 com vencimento até 31/12/2017 foi acordado através de parcelamento conforme LC 135/18 publicada em janeiro de 2018 e acordo este já aprovado junto ao SPS. Esclarecemos que tanto a Câmara Municipal quanto o Instituto quitaram os respectivos déficits no decorrer de cada exercício.

Bertioga, 15 de junho de 2018.

Kátia Hidalgo Daia
Presidente da Comissão de Controle Interno

Marcela de Camargo Aleagi
Comissão de Controle Interno

Patrícia Ramos Quaresma
Comissão de Controle Interno